

AVENIDA ALMIRANTE REIS: diagnóstico urbano

Teresa Santos (CICS. NOVA) teresasantos@fcsh.unl.pt.

Nuno Soares (CICS.NOVA) nhpsoares@fcsh.unl.pt

Filipa Ramalhete (CEACT/UAL e CICS.NOVA) framalhete@netcabo.pt

Raquel Vicente (CEACT/UAL) raquel_glv@hotmail.com

Resumo

As cidades são espaços por excelência de transformação e de inovação social e espacial. Nas últimas décadas, em resultado da existência de dinâmicas sociais e económicas endógenas e exógenas, a cidade de Lisboa apresenta alterações importantes na sua organização, nomeadamente ao nível da relação entre população, comércio, habitação e serviços.

Neste contexto, o projeto de investigação Atlas da Almirante Reis estuda os processos de transformação naquela que é uma das avenidas mais extensas de Lisboa, onde se pode observar, numa estrutura urbana linear, a ocupação da cidade no último século, em termos arquitetónicos, históricos e socioeconómicos.

Com base em pesquisa histórica e geográfica e em levantamentos de terreno, propõe-se apresentar os primeiros resultados deste projeto, contribuindo para a caracterização da recente dinâmica espacial de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito às alterações na estrutura demográfica e económica e à sua relação com as transformações na arquitetura da cidade.

Palavras-Chave: Avenida Almirante Reis, Rua da Palma, Lisboa, diagnóstico urbano, Sistemas de Informação Geográfica

Introdução

A Avenida Almirante Reis, juntamente com a Rua da Palma, é um importante eixo da dinâmica urbana e viária de Lisboa. Uma das mais extensas avenidas de Lisboa, com aproximadamente 2800m, abrange atualmente três freguesias – Areeiro, Arroios e Santa Maria Maior. A atual designação da avenida, firmada em 1910, em homenagem a um dos heróis da República mais representados na toponímia nacional, sucedeu a Avenida dos Anjos (ainda em fase de projeto) e Avenida Dona Amélia (1903/1910). Construída na linha de água que desagua na Baixa, a nordeste – tal como a Avenida da Liberdade a noroeste, a construção da Avenida Almirante Reis corresponde ao prolongamento da Rua da Palma, junto ao Martim Moniz, até à Estrada da Circunvalação, e mais tarde ao Areeiro (Mangorrinha, 2009/10).

É uma via com características singulares, uma vez que, numa única linha de expansão, são observáveis as várias épocas de crescimento urbano da capital. A sua abertura e consolidação até à sua forma atual foi alvo de vários momentos e tentativas de plano e demorou mais quase um século, não obstante a necessidade, repetidamente apontada, da abertura de um eixo de comunicação entre o centro da cidade e a zona rural a nordeste de Lisboa, nomeadamente para o abastecimento dos mercados da cidade. Esta avenida constituiria uma alternativa à que existia no século XVIII, a Rua Direita dos Anjos / Estrada de Arroios, na sequência da Rua da Palma, que surge no final do século XVIII, com o objetivo de regularizar o trânsito da Rua dos Anjos até ao Desterro, onde se localizava o Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro.

Desde 1877 que, primeiro através da Comissão do Plano Geral de Melhoramentos da Capital, e, posteriormente, através Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, chefiada pelo engenheiro Pièrre Joseph Pézerat, se pretendia o alargamento da Rua Nova da Palma a par do alargamento da Estrada de Sacavém (futura Avenida Almirante Reis) (Silva, 1989 e 1994). Mais tarde, em 1877, a mesma Repartição Técnica, já então chefiada pelo engenheiro Ressano Garcia apresenta um projeto para esse efeito. Contudo, as obras só irão ter início em 1892.

Estamos na presença da cidade popular, que se inicia numa zona tradicionalmente considerada menos nobre da cidade – eixo Mouraria/Intendente (Menezes, 2004 e 2013) – e se aproxima progressivamente da cidade burguesa, construída na segunda metade do

século XX (França, 1997; Silva, 1994) – sobretudo a partir da Alameda até ao Areeiro.

Embora ainda pouco estudada, em termos sociais e urbanísticos, a Avenida Almirante Reis tece um papel importante na história da habitação da cidade, até por constituir uma das principais artérias de ligação entre a cidade da segunda metade do século XX e a Baixa de Lisboa, e um dos eixos de ligação do centro ao exterior da cidade (Figura 1). Ganhou, nas últimas três décadas, uma dimensão multicultural crescente, quer através dos seus habitantes, quer da diversificação do comércio, uma atividade de grande relevo na referida artéria. A permanente dinâmica de mudança, sobretudo ao nível do comércio e serviços, visível ao longo de todo o século XX, intensificou-se na última década, sendo visíveis sinais de reabilitação, mas também de degradação e desqualificação. É também um eixo com boas acessibilidades em termos de transportes coletivos, nomeadamente por possuir seis estações de metropolitano.

Pela sua singularidade, mas também pela sua importância na história e vivência da cidade, e pela capacidade de integração da mudança, a Avenida Almirante Reis constitui um caso interessante de estudo. Apresentam-se em seguida os resultados preliminares do projeto Atlas da Almirante Reis, neste momento em curso. O projeto tem como objetivo analisar e diagnosticar o espaço, a população residente e a oferta comercial e de serviços e conhecer os agentes locais capazes de promover a mudança, com vista à promoção de uma leitura e interpretação da cidade que incorpore visões e práticas conducentes à consolidação urbana e à resolução de conflitos territoriais. Terá como produto final a construção do Atlas da Avenida, com base em informação recolhida diretamente e em informação estatística georreferenciada, investigação teórica e exercícios de investigação aplicada. Esta iniciativa pretende envolver-se diretamente com várias ações a decorrer no terreno, à escala local. É um projeto realizado em parceria pelo CEAAT/UAL – Centro de Estudos de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa (tendo como investigadores Filipa Ramalheite, Margarida Tavares da Conceição, Inês Lobo, Júlia Varela, Raquel Vicente) e o CICS.Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, FCSH-UNL (tendo como investigadores Teresa Santos e Nuno Soares). O projeto tem como parceiros a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios.



Figura 1. Localização da Avenida Almirante Reis no concelho de Lisboa.

Levantamento urbanístico e funcional

Um dos primeiros resultados do projeto resultou de um levantamento e preenchimento de uma ficha georreferenciada de inventário de todos os edifícios do eixo Rua da Palma / Avenida Almirante Reis. Este levantamento teve por objetivo apresentar uma caracterização da situação atual, por forma a permitir aperfeiçoar as questões de investigação de partida. O inventário foi realizado de outubro a dezembro de 2015, por dois inquiridores.

A fase de recolha de informação incluiu ida ao local, e posterior visionamento no Google Street View para eliminar eventuais dúvidas. Toda a recolha foi realizada com a ferramenta *open source* KoBotoolbox (<http://www.kobotoolbox.org/>) que permite construir formulários e recolher dados utilizando o browser ou a *app* disponível para telemóvel ou *tablet*. A informação recolhida fica deste modo disponível em formato digital, evitando-se assim o moroso processo tradicional que é a recolha manual e posterior carregamento da base de dados.

A base de dados recolhida para cada edifício foi posteriormente codificada em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para permitir a sua análise espacial. Nesta fase obtém-se um mapa digital georrefenciado onde a geometria dos edifícios está associada à informação recolhida. A codificação em SIG torna assim possível analisar a componente espacial, i.e., visualizar padrões geográficos, aferir relações de proximidade, ou analisar a concentração ou dispersão das variáveis no território.

A presente comunicação centra-se na análise morfológica do edificado, bem como do seu uso comercial, incluindo as suas dimensões espaciais.

Para a análise morfológica, os elementos levantados incluíram: 1) número de pisos acima e abaixo da cota soleira; 2) número de frações residenciais e não-residenciais; 3) época de construção; 4) cor e material de revestimento da fachada; 5) estado de conservação.

O uso comercial foi recolhido ao nível do piso térreo, e incluiu: 1) número de estabelecimentos comerciais no piso térreo; 2) atividade desenvolvida; 3) estado de conservação do estabelecimento; 4) se está em galeria.

Os edifícios na avenida

A base de dados incluiu informação recolhida para 255 edifícios, localizados na Rua da Palma e Avenida Almirante Reis.

Pela observação da Figura 2 nota-se que a Rua da Palma (segmento sul da área de estudo) concentra os edifícios mais antigos, com épocas de construção anteriores a 1919. Inversamente, no extremo oposto concentram-se os edifícios mais recentes, todos posteriores a 1960. Os edifícios construídos após 1960 representam 46% do edificado levantado, enquanto os edifícios mais antigos são apenas 11% dos 255 edifícios presentes (Tabela 1). Este baixo valor torna-se mais relevante quando se considera o contexto da cidade de Lisboa, onde a proporção de edifícios construídos antes de 1919, é de 20%. O índice de envelhecimento dos edifícios (rácio dos edifícios anteriores a 1960 e os posteriores a 2001) tem um valor de 10%, muito semelhante ao valor verificado na cidade (11%). A construção entre 1919-1945 está presente em 22%, e entre 1946-1960 em 15% dos edifícios.

Tabela 1. Caraterização dos edifícios clássicos

Designação	R.Palma/Av.Alm.Reis Valor	Lisboa Valor
Edifícios clássicos	255	52496
Edifícios exclusivamente residenciais (%)	4	79
Edifícios anteriores a 1919 (%)	11	20
Edifícios entre 1919 – 1945 (%)	22	19
Edifícios entre 1946 – 1960 (%)	15	21
Edifícios entre 1961 – 2000 (%)	46	26
Edifícios posteriores a 2001 (%)	5	5
Edifícios com várias épocas de construção (%)	1	-
Índice de envelhecimento dos edifícios	10	11

Fonte: INE (Censos 2011), Levantamento urbanístico (2015)

Apesar de ser visível a relação entre a construção da avenida e a época de construção dos edifícios, verifica-se uma relativa heterogeneidade nos vários quarteirões, resultante de a construção ter sido realizada sobretudo através da iniciativa privada, ao longo de várias décadas (condicionada pelas pré-existências), mas também da demolição de prédios e reconstrução no respetivo lote.

No que diz respeito à função, os edifícios são, na sua maioria, principalmente residenciais (90%), com uma média de oito frações residenciais e três frações não residenciais por edifício (Figura 3). Porém, apenas 11 dos 255 edifícios analisados têm uso exclusivamente residencial. Olhando para o contexto da cidade, de acordo com os censos de 2011, 79% dos edifícios clássicos são exclusivamente residenciais, valor muito superior aos 4% identificados no eixo em estudo. Por outro lado, 26 edifícios não apresentam frações residenciais. Incluem-se entre estes edifícios hotéis, zonas comerciais ou de escritórios.

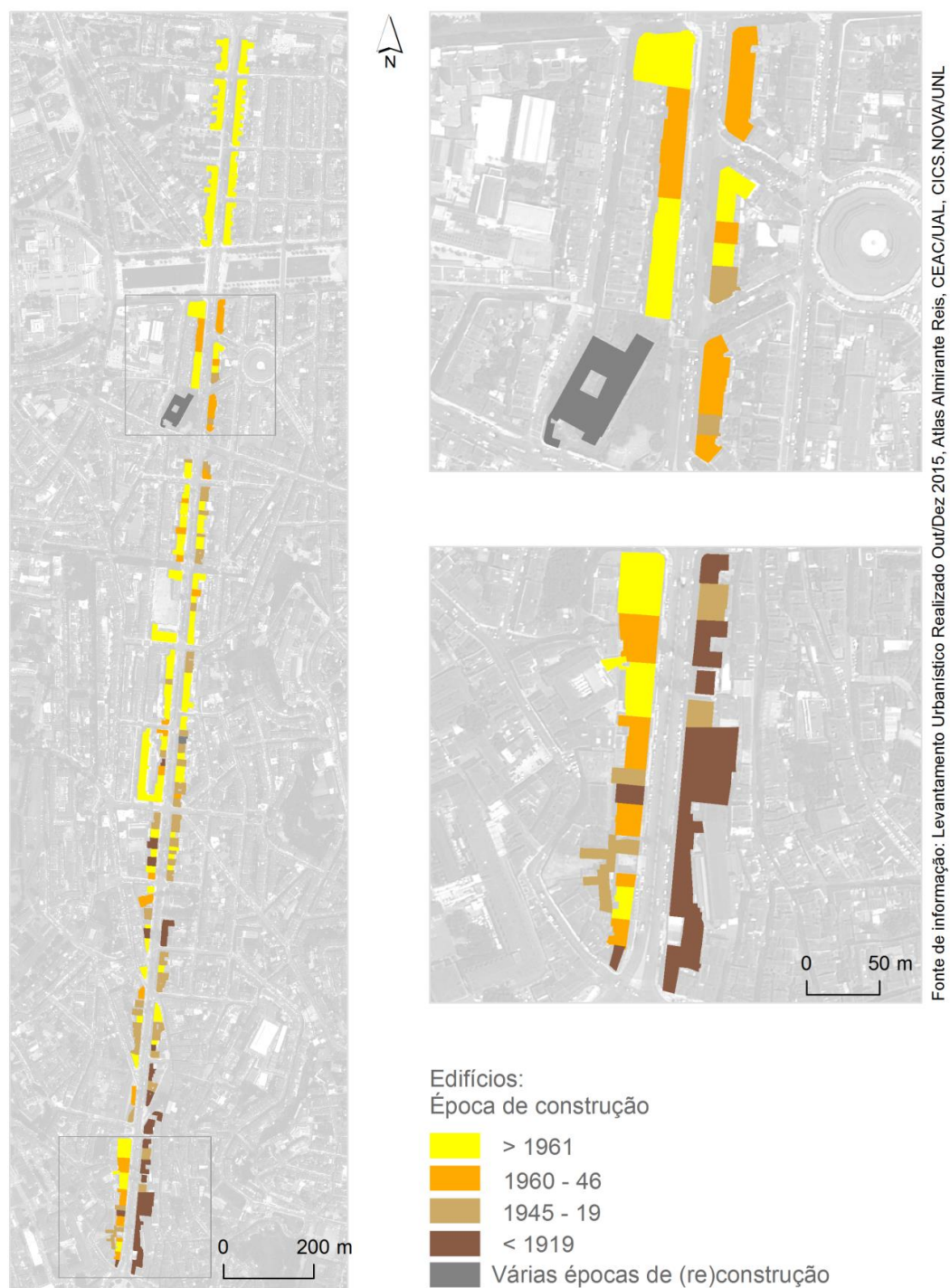


Figura 2. Edifícios de acordo com a época de construção.

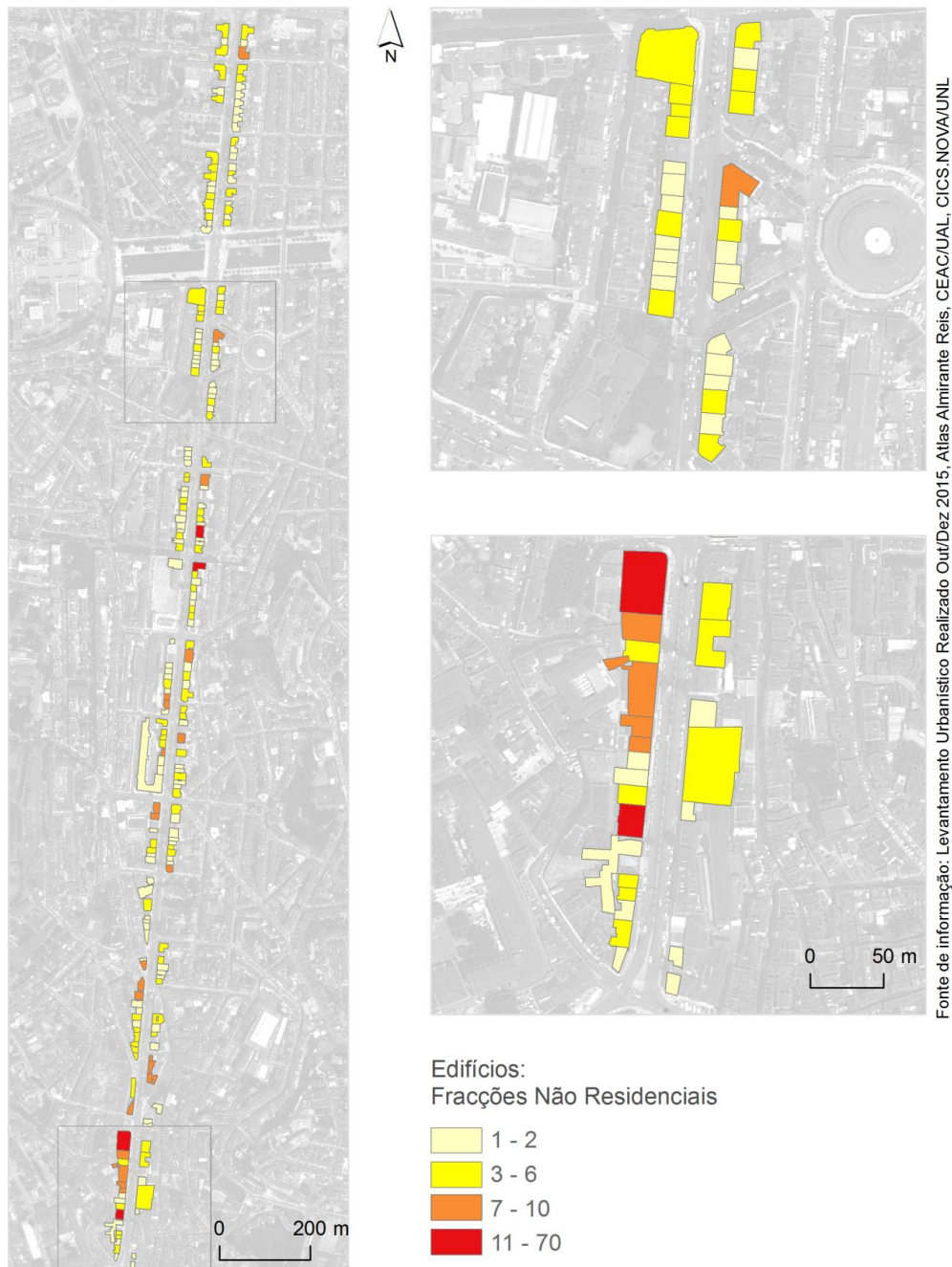


Figura 3. Edifícios de acordo com o número de frações não residenciais

Para a variável estado de conservação, já não é tão notável o padrão espacial verificado na época de construção. De facto, embora alguns edifícios em mau

estado sejam anteriores a 1919, o mesmo não se verifica noutros mais recentes, igualmente em mau estado de conservação. Este fenómeno verifica-se com alguma incidência na Rua da Palma, mas é visível ao longo de toda a avenida, como se pode ver na Figura 4. No total, 75% dos edifícios encontra-se em estado de conservação entre o bom e o razoável.

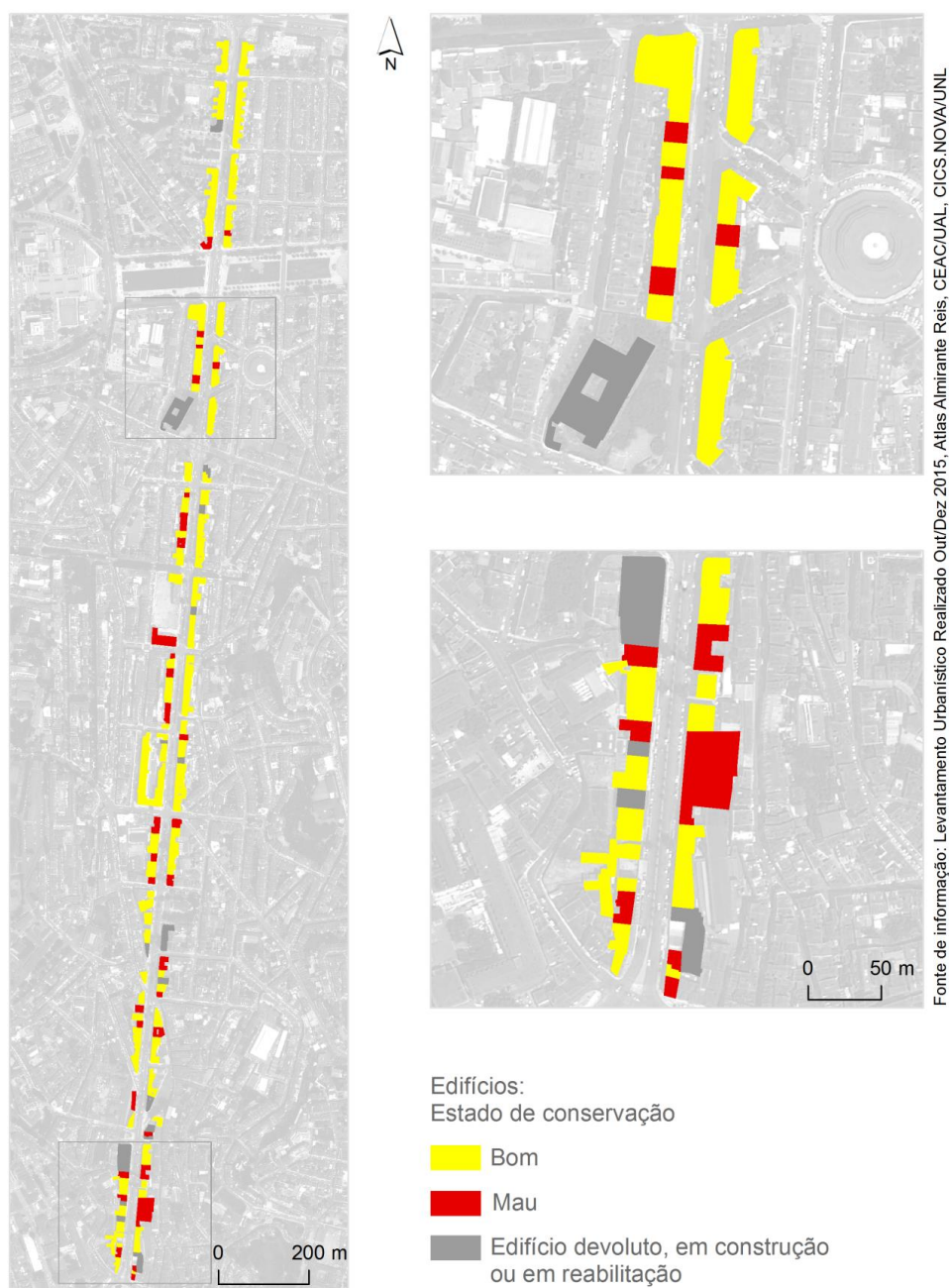


Figura 4. Edifícios de acordo com o estado de conservação.

O número de pisos acima da cota de soleira varia entre um e treze, centrando-se a moda nos seis pisos por edifício. Nota-se que os edifícios mais baixos se encontram na Rua da Palma e início da Avenida (Figura 5). Estes edifícios correspondem maioritariamente a edifícios não-residenciais, construídos antes de 1919.

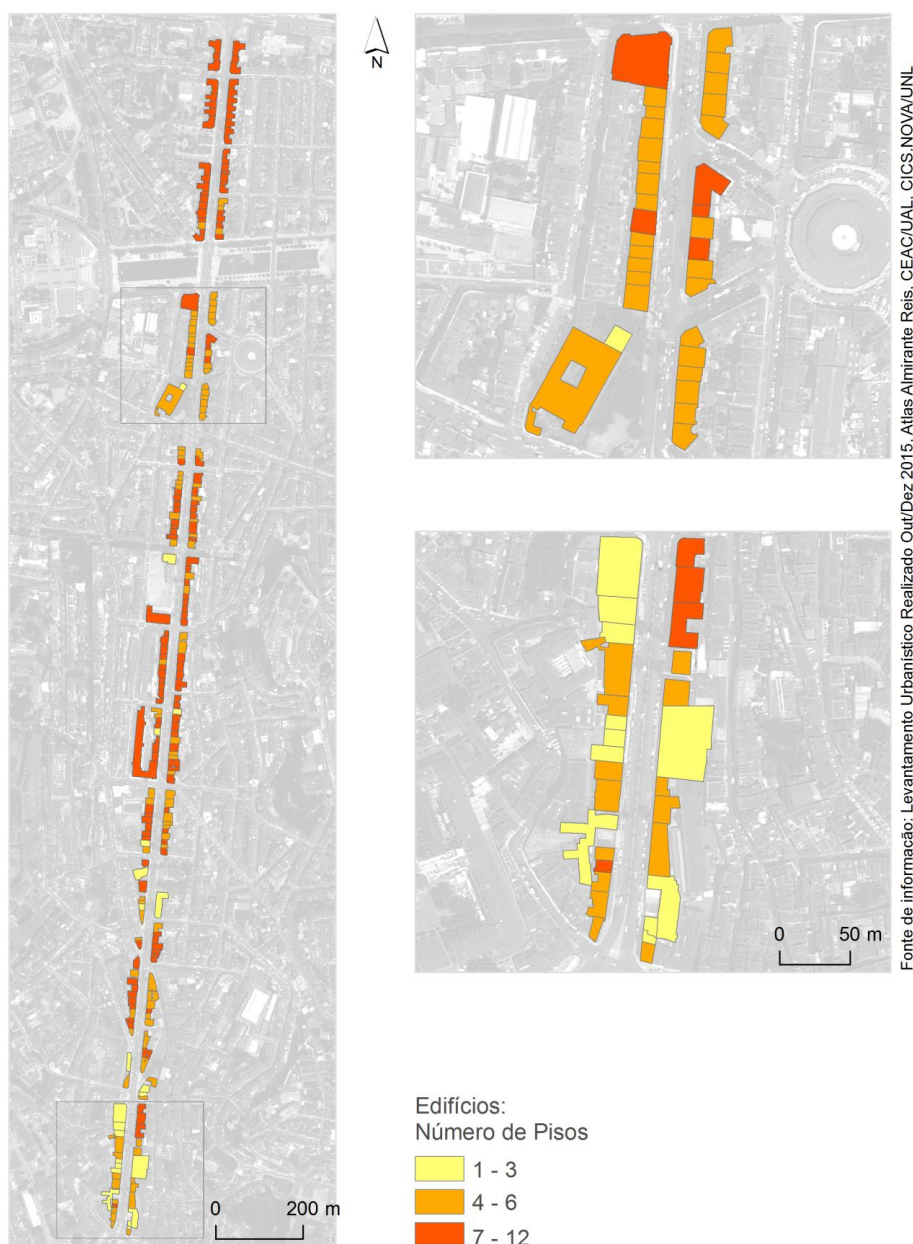


Figura 5. Edifícios de acordo com o número de pisos acima da cota de soleira.

O comércio na Avenida

O comércio na Avenida Almirante Reis possui um conjunto de especificidades muito *sui generis*, no contexto da organização espacial da cidade de Lisboa. Tendo por base o conjunto de trabalhos desenvolvidos por Jorge Gaspar na década de 70 do século XX (Gaspar, 1976), e confrontando com os nossos dias, podemos afirmar que as alterações ocorridas neste eixo comercial são relativamente pequenas, e que a base explicativa da sua especificidade se mantém válida e atual.

Este eixo comercial corresponde à antiga ligação entre o setor oriental da cidade consolidada (Baixa / Mouraria / Costa do Castelo / Alfama) e a área rural da região saloia, local por excelência de abastecimento da cidade em produtos hortícolas. O antigo mercado da Praça da Figueira foi a expressão física dessa importância até à sua demolição em 1949. A concentração de terminais de autocarros existentes nesta área que, ainda na década de 70 do século passado, serviam a região saloia (Rua da Palma / Desterro / Socorro) é testemunho dessa ancestral ligação.

A avenida resulta da expansão para norte do setor oriental da Baixa mas, simultaneamente, desempenha funções de centro local em forma de faixa (ou *ribbon*), como designa Jorge Gaspar (1976), das densas manchas habitacionais que a rodeiam. Este *ribbon* vai congrega duas dimensões: a escala de um grande eixo de comunicação (aproximadamente 2,8 km) e, ao mesmo tempo, a escala da rua. Esta última dimensão é particularmente visível na animação que o comércio promove no principal segmento que vai desde, grosso modo, a Rua da Palma até à Praça do Chile / interceção com a Rua Morais Soares. A partir desta interceção, e mais concretamente a norte da Alameda Afonso Henriques em direção à Praça Sá Carneiro (Praça do Areeiro), a atividade comercial e a correspondente vida de rua decaem significativamente, com um breve ressurgimento, na interceção com a Avenida de Paris / Rua Actriz Virgínia (Figura 6).

O comércio é, hoje, relativamente diversificado e de baixo *standing*, tendo perdido grande parte da especialização comercial - no contexto da cidade - que teve nos idos anos 70, quando se destacava pelo número e qualidade de lojas de mobiliário e eletrodomésticos. Alguns estabelecimentos deste segmento comercial ainda se mantêm, mas a maior parte encerrou. A explicação para a localização destas lojas de mobiliário e eletrodomésticos residia na necessidade de proximidade ao centro da cidade, combinada com boa acessibilidade e áreas de exposição de grande dimensão, mas que não acarretavam rendas elevadas.

Hoje, parte destes espaços estão arrendados a comerciantes de produtos de comércio retalhista e grossista, que mantêm algumas das exigências dos comerciantes anteriores: acessibilidade, centralidade, área comercial grande e rendas baixas. Estes estabelecimentos agregam comerciantes de origens diversas, com destaque para os países asiáticos, e têm proliferado e diversificado nos últimos anos, cobrindo uma ampla oferta comercial, com produtos de origens geográficas diferenciadas.

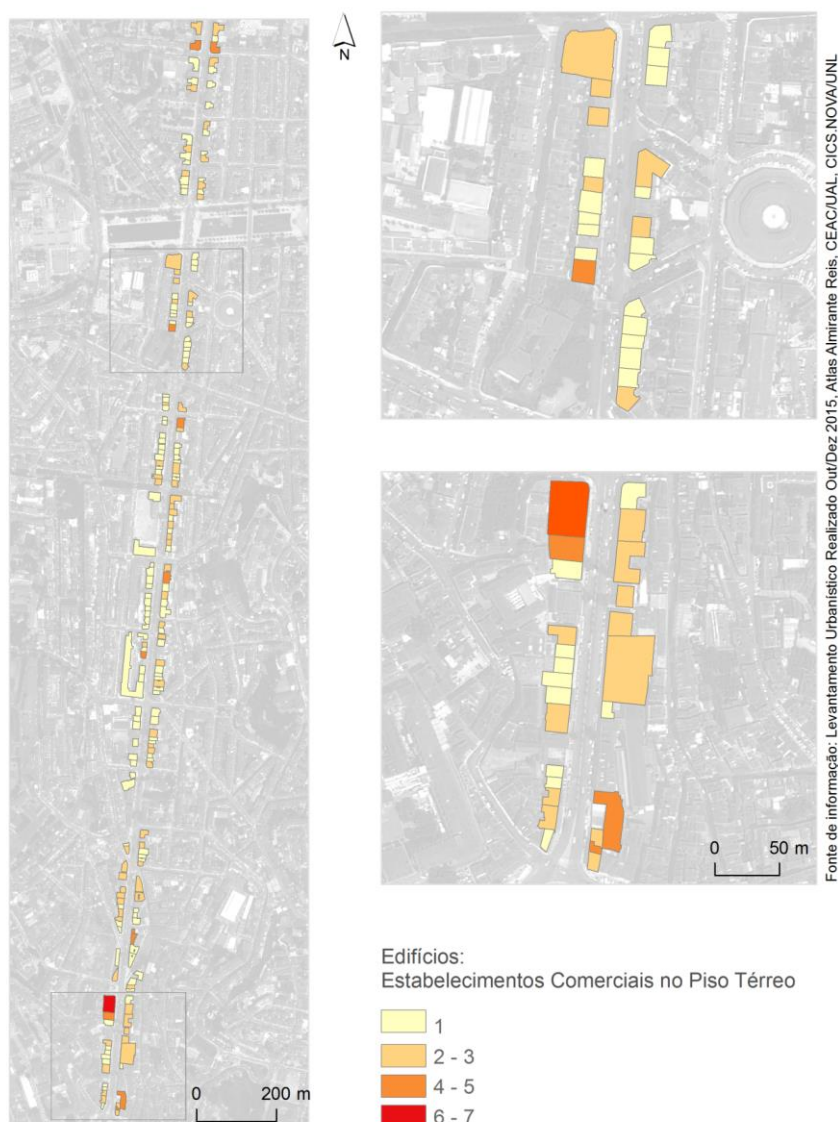


Figura 6. Edifícios de acordo com o número de estabelecimentos comerciais no piso térreo

Ao longo destes quase três quilómetros, o comércio intensifica-se em determinados cruzamentos, servidos por estações de metropolitano. A existência de seis estações de metropolitano coloca este eixo num patamar superior de acessibilidade no contexto da cidade (refira-se que a rede de metropolitano só em 1972 liga a estação dos Anjos a Alvalade). Todavia, nunca conseguiu equiparar-se ao eixo central da cidade (Avenida da Liberdade / Avenida Fontes Pereira de Melo / Avenida da República). A partir do século XIX, a expansão da cidade para norte processou-se ao longo desde dois eixos (Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis), mas a sua evolução foi marcada por elementos de morfogénese distintos. A Avenida da Liberdade corresponde ao prolongamento natural da expansão da “Baixa Rica” (Chiado, Rua do Ouro, Rossio), o eixo Rua da Palma / Avenida Almirante Reis é a continuação da “Baixa Pobre” (Praça da Figueira, Rua dos Fanqueiros).

É de destacar que o processo de expansão para norte da Baixa se realiza, num primeiro momento, no eixo da Avenida Almirante Reis e não na Avenida Liberdade. Este facto é perfeitamente identificado no elevado número de edifícios que são construídos na década de 60, num processo claro de renovação lote-a-lote, não existindo registo similar na Avenida da Liberdade. Estes edifícios novos contemplam, ao nível do piso térreo, comércio em arcada ou galeria (Figura 7).

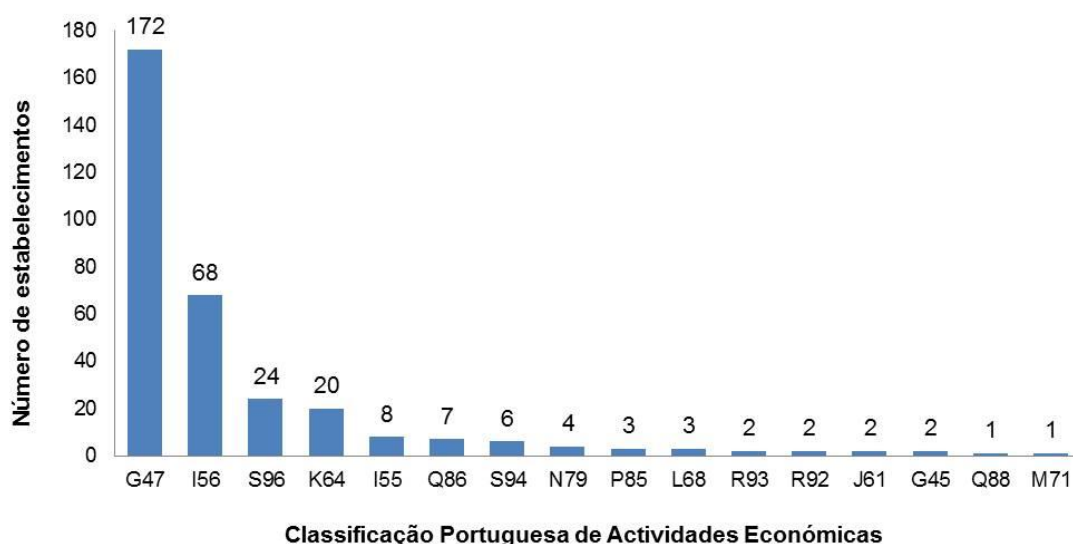
O levantamento efetuado no âmbito do projeto Atlas da Almirante Reis constata que a grande maioria dos edifícios na Rua da Palma e Avenida Almirante Reis – 78% – tem pelo menos uma atividade comercial no piso térreo, registando-se o número máximo de sete estabelecimentos comerciais num mesmo edifício. Para cada edifício foram levantadas as atividades económicas existentes ao nível do piso térreo, de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE-Ver.3), disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Quanto ao tipo de atividade comercial, o mais representativo – 172 estabelecimentos – é o Comércio a Retalho (CAE G47), seguindo-se a Restauração e Similares (CAE I56), com 68 estabelecimentos. No 1º caso, que corresponde a mais de metade dos estabelecimentos existentes, estão incluídas lojas de roupa ou produtos alimentares, e no 2º incluem-se cafés, pastelarias ou restaurantes. Com menos representatividade, encontram-se Outras Atividades de Serviços Pessoais (CAE S96), onde sobressaem os cabeleireiros, e Atividades de serviços Financeiros (CAE K64), que incluem a banca (Figura 8).



Figura 7. Edifícios de acordo com o número de estabelecimentos comerciais em galeria

Embora se trate de uma área com grande atividade comercial, a maioria dos estabelecimentos apresenta um mau estado de conservação, muitos deles

revelando sinais de reconversão recente, sem a realização de obras de adaptação ou melhoramento.



G45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	N79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
G47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	P85	Educação
I55	Alojamento	Q86	Actividades de saúde humana
I56	Restauração e similares	Q88	Actividades de apoio social sem alojamento
J61	Telecomunicações	R92	Lotarias e outros jogos de aposta
K64	Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	R93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas
L68	Actividades imobiliárias	S94	Actividades das organizações associativas
M71	Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	S96	Outras actividades de serviços pessoais

Figura 8. Estabelecimentos no piso térreo de acordo com a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE-Ver.3)

Conclusões

Este primeiro diagnóstico urbano permite-nos sistematizar algumas conclusões, face aos dados recolhidos no trabalho de campo. O primeiro aspeto a assinalar é a importância da diversidade de usos (residencial, não residencial – serviços, hotéis, etc. - e comercial) nos edifícios do eixo Rua da Palma / Avenida Almirante Reis. Este dado permite observar a permanência da componente residencial neste eixo, ao contrário do que aconteceu noutros eixos da cidade, sobretudo durante as últimas décadas do século XX, onde as zonas mais

centrais foram fortemente terciarizadas. Não obstante, assiste-se também à consolidação e aumento da importância dos estabelecimentos hoteleiros e similares (observado no trabalho de campo que há muitos com obras recentes).

O comércio é uma atividade com grande expressão, com reflexos diretos e visíveis na vivência quotidiana deste espaço. Face às décadas anteriores, regista-se uma diminuição da especialização existente (mobiliário), que posicionava este eixo no comércio da cidade como um espaço diferenciado com alguma qualidade. Simultaneamente, assiste-se a um aumento do comércio de proximidade e alguma segmentação, ligada a novos mercados urbanos, o que pode ter algum impacto na lógica comercial da cidade.

Esta diversidade de ocupação é também assinalável no que diz respeito à época de construção e ao número de pisos dos edifícios. De facto, excluindo a homogeneidade do troço entre a Alameda e o Areeiro, regista-se, ao longo da avenida, uma assinalável coexistência de edifícios de diferentes épocas de construção e número de pisos, resultado de uma dinâmica de renovação urbanística continuada. Contudo, é de referir que cerca de 1/4 dos edifícios se encontra em mau estado, inclusive alguns de construção recente. Regista-se ainda uma grande diversidade arquitetónica, com a existência de edifícios morfológica e tipologicamente diferenciados. Destaca-se a presença de cerca de 1/5 dos edifícios com estabelecimentos comerciais em galerias, no piso térreo, que conferem uma singularidade a este eixo, no contexto da cidade.

Esta primeira análise revela, assim, um eixo densamente urbanizado - existe apenas um grande espaço vazio na avenida, a fábrica da cervejaria Portugália, e um grande espaço devoluto, o Hospital de Arroios – com uma ocupação bastante heterogénea do edificado, em termos de uso, de volumetria, época de construção e características arquitetónicas.

Estes aspetos não são, evidentemente, independentes das dinâmicas sociais e económicas endógenas e exógenas da cidade de Lisboa, que sofreu, nas últimas décadas, alterações importantes na sua organização, nomeadamente ao nível da relação entre população, comércio, habitação e serviços. Contudo, os diversos estudos já realizados para Lisboa, são escassos no que diz respeito à informação sobre esta avenida, pelo que procuraremos, no contexto do projeto de investigação Atlas da Almirante Reis, estudar os processos de transformação naquela que é uma das avenidas mais extensas de Lisboa, onde se pode observar, numa estrutura urbana linear, a ocupação da cidade no último século.

O objetivo desta pesquisa, no futuro, é o de aprofundar estes dados, nomeadamente no que diz respeito à relação com a população residente e com a envolvente urbana da avenida, contribuindo para melhor conhecer o papel da Rua da Palma / Avenida Almirante Reis no contexto da história da Lisboa contemporânea e as suas potencialidades para a futura dinâmica urbana da cidade.

Bibliografia

ACCIAIUOLI, Margarida – Casas com escritos – Uma História da Habitação em Lisboa. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015.

CALADO, Maria (coord.) – Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Estudos lisiponenses, 1993.

FRANÇA, J. - Lisboa: urbanismo e arquitectura. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

GASPAR, J. - Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, Lisboa, 1976 (2ª Edição, 1985)

GATO, Maria Assunção - 'São as pessoas que fazem o bairro': Capitais sociais em contexto de Bairro. estudo prévio, 4, inverno 2013. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/28/dossier-bairros-maria-assuncao-gato-.sao-as-pessoas-que-fazem-o-bairro>

MANGORRINHA, José - Da Baixa de Lisboa ao Aeroporto: subsídios para um estudo histórico-iconográfico. Cadernos do Arquivo Municipal 1ª Série, 10, 2009/2010, Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/1006.pdf>

MENEZES, Marluce - De que se fala quando se diz que um bairro é um bairro? estudo prévio, 4, inverno 2013. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/21/marluce-menezes-.de-que-se-fala-quando-se-diz-que-um-bairro-e-um-bairro>

MENEZES, Marluce - Mouraria, retalhos de um imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa. Oeiras: Celta Editora, 2004.

SILVA, Carlos - Política urbana em Lisboa 1926-1974. Col. Cidade de Lisboa, 26. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

SILVA, Raquel Henriques da (dir.) - Lisboa de Frederico Ressaio Garcia 1874-1919. Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, Lisboa

SILVA, Raquel Henriques da - Os últimos anos da Monarquia. In MOITA, Irisalva. O livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

Notas

O trabalho recebe apoio da CEU – Cooperativa de Ensino Universitário, e de uma bolsa de Pós-Doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (SFRH/BPD/76893/2011). O artigo apresenta resultados de investigação no âmbito do UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais.

Para citação: SANTOS, Teresa; SOARES, Nuno; RAMALHETE, Filipa, VICENTE, Raquel - AVENIDA ALMIRANTE REIS: diagnóstico urbano. Estudo Prévio 11. Lisboa: CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2017. ISSN: 2182-4339 [disponível em: www.estudoprevio.net]

Biografia

Teresa Santos, doutorada em Geografia e Planeamento Regional (especialidade de Deteção Remota e SIG), engenheira florestal, mestre em Sistemas de Informação Geográfica. Investigadora do CICS.NOVA, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Nuno Soares, doutor em Geografia, Professor Auxiliar do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do CICS.NOVA, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Filipa Ramalhete, doutora em Engenharia do Ambiente, ramo do Ordenamento do Território, mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, licenciada em Antropologia. Professora Auxiliar do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora do CICS.NOVA, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Diretora do CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa.

Raquel Vicente, mestre em Arquitectura. Investigadora do CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa.